

---

## A literatura e as guerras em Angola. No Princípio Era o Verbo

Leonel Cosme

---



**Electronic version**

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2581>

DOI: 10.4000/cultura.2581

ISSN: 2183-2021

**Publisher**

Centro de História da Cultura

**Printed version**

Date of publication: 9 June 2015

ISSN: 0870-4546

**Electronic reference**

Leonel Cosme, « A literatura e as guerras em Angola. No Princípio Era o Verbo », *Cultura* [Online], Vol. 34 | 2015, Online since 27 July 2016, connection on 30 April 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2581> ; DOI : 10.4000/cultura.2581

---

This text was automatically generated on 30 April 2019.

© CHAM – Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

---

# A literatura e as guerras em Angola. No Princípio Era o Verbo

Leonel Cosme

---

- 1 Se não for por catarse, diga-se que a tão repetidamente evocada *Guerra Colonial* de 1961-74 foi simplesmente a última das muitas guerras que se seguiram à primeira, travada entre as hostes de Paulo Dias de Novais e Ngola Kiluanje, em 1575. De facto, com a segunda chegada de Diogo Cão, em 1484, e o seu relacionamento com o Mani-Soyo, ainda se poderá falar de “colonização missionária” (expressão eufemística de Adriano Moreira para caracterizar toda a colonização portuguesa...), de tal modo foram cordiais e de interesses recíprocos as relações entre portugueses e angolanos. Depois, foi o que é consabido: o tráfico de escravos e a busca de ouro e prata formataram as relações e os interesses ao ponto de nem os missionários escaparem à tentação da riqueza – lembrem-se os padres dos Lóios.
- 2 Só do primeiro tempo em que o adjectivo *colonial* ainda remetia para o étimo latino *colonus* (o que cultivava a terra em lugar do seu dono) se poderia dizer, parafraseando a Bíblia, que *No Princípio era o Verbo*, porque a confiança na Palavra dita e os actos consequentes faziam jus ao pensamento de Santo Agostinho, um milénio antes, de que o tempo é o espaço onde decorrem as coisas. Mas já antes Cícero advertia: *o temporal! O mores!* E como se viu até aos nossos dias, os interesses, as práticas e os costumes, pese embora a primeira Palavra, mudaram o espaço e o tempo, até que...
- 3 ...por fim, a Palavra transbordou como componente de um vulcão adormecido, que depois entra em erupção: primeiro magma, depois lava. Tal como na natureza humana: primeiro, conformação, resignação, esperança; depois, inconformidade, protesto, luta.
- 4 No caso, todavia, em duas vertentes: uma, que se reportava aos interesses do colonizador; outra, do colonizado – gerando (até 1961...), no dizer de Mário António, a respeito de alguns textos questionáveis contidos na revista *Mensagem*, “um caldo de ambiguidades”.
- 5 Esse “caldo”, enquanto palavra escrita, está já presente nos primeiros jornais que se fundaram em Angola, a partir de 1866 (o primeiro arremedo de informação começou em 1845, com a criação pelo Governo do *Boletim Oficial*). Até então a escrita, já literária, fazia-se num *Almanach de Lembranças Luzo-Brasileiro* e nos recortes que iam chegando do Brasil

pela mão dos maçons estabelecidos ou degredados em Angola, como foram os implicados na *Inconfidência Mineira*, em 1789: José Álvares Maciel, o ideólogo da intentona, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Luís Vaz de Toledo e Francisco António de Oliveira Lopes, uns literatos, outros militares de carreira.

- 6 Com a intentona que a independência do Brasil inspirou nas cidades de Benguela e Luanda, denominada *Confederação Brasileira*, em 1822-23, sob a égide de um dito “partido brasileiro”, constituído por brasileiros, portugueses e angolanos, saltava à vista que a narrativa da Portugalidade no futuro de Angola teria vários pronunciamentos.
- 7 Um deles já tinha vindo de um português que integrara a colónia formada em Pernambuco, em consequência da *Revolta Praieira*, e que em 1849-50 demandara a região de Moçâmedes, na expectativa de substituir um Brasil em estado de revolta nativista por uma nova “Terra da Promissão”. Chamava-se António Francisco Nogueira (literariamente A. F. Nogueira), sem uma profissão definida (fora comerciante, agricultor e bancário), revelando-se durante a sua permanência no Sul de Angola como um etnógrafo autodidacta com artigos em jornais de Angola e da Metrópole e, por último, um importante livro de ensaios com o título genérico de *A raça negra*, publicado em 1880 em Lisboa, de que é obrigatório fixar esta passagem:

[...] E não nos impressiona a objecção de que civilizar os indígenas das nossas possessões de África é o mesmo que emancipar essas colónias. Se ao mesmo tempo que educando o Negro tratarmos de aclimar o Branco onde isso for possível este será ainda por muito tempo um apoio seguro para nós. Mas dado que afinal a colónia se venha a emancipar – e esse é o destino de todas as colónias – que devemos preferir: conservá-la estéril e improdutiva como até agora, ou convertê-la em uma nação amiga, e mesmo irmã ao menos sob o ponto de vista da civilização e dos costumes?

[...] Ora o Negro é o nosso auxiliar indispensável nessa empresa. Se civilizando-o o tivermos emancipado, nem por isso teremos deixado de conseguir o nosso fim, antes o teremos conseguido plenamente. Oxalá que a Europa, a civilização, a humanidade, nos tivessem a lançar em nosso rosto muitas dessas faltas!

- 8 Este colono-sertanejo antecipava a visão realista de Afonso Costa quando, mudado o regime português, afirmava que “a República não vai continuar a Monarquia, no que diz respeito a processos de administração colonial”. Mas, no essencial, continuou. Três décadas depois, o jornalista José de Macedo, que durante alguns anos foi o redactor principal do jornal de Luanda *Defeza de Angola*, afecto à Maçonaria, de regresso a Portugal, escreveu em 1910 um livro de grande impacto, *Autonomia de Angola*, em que observa:

Porque é preciso que isto se saiba, que isto se diga, bem alto: em Angola há uma, embora pouco poderosa, mas em todo o caso latente, corrente separatista. Ninguém que lá tenha vivido desconhece que não só entre os indígenas civilizados (e há-os que honram o seu nome) como entre os colonos europeus, existe uma manifestação de hostilidade, que nem pelas armas, nem pela maior centralização se poderá já extinguir.

- 9 Macedo sabia bem do que falava: em 1901 tinha vindo a lume, impresso em Portugal, um libelo escrito por destacadas personalidades angolanas, civis e religiosas, que sob anonimato verberavam as críticas racistas de um deputado português de visita a Angola. Intitulava-se esse livro *Voz de Angola Clamando no Deserto*, cujo primeiro depoimento – “*Solemnia Verba*” –, por muito apaziguador que fosse, não iludia o que subjaz à expressão latinista: Solene Advertência.
- 10 O *Verbo*, a Palavra final, continuou por dizer nos anos seguintes, até ao momento em que um poeta já revolucionário, Viriato da Cruz, em 1956 defendeu o imperativo de criar um

Movimento Popular de Libertação de Angola, sendo verdade que, desde antes, escritores, poetas e jornalistas já tinham assumido, em revistas e jornais, o direito inalienável a uma identidade própria, política e cultural. O Poeta Maior, Agostinho Neto, expressá-la-ia posteriormente numa tríade paradigmática: Sagrada Esperança, A Renúncia Impossível, Nós Somos!

- 11 Em 1951, no primeiro número da revista *Mensagem*, da Associação dos Naturais de Angola, ainda a Cultura era um campo onde fecundavam as aspirações e germinavam os ideais:

[...] *MENSAGEM* será – nós o queremos! – o marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana, que os jovens da nossa Terra estão construindo. E porque assim é, porque é sincero o nosso desejo de auto-realização, não admitimos o preconceito, o compadrio; abominamos a hipocrisia e a injustiça; surpreende-nos a louvaminha, o elogio mútuo; desagradam-nos as meias tintas.

Batemo-nos pela Verdade, pela verdade forte, sem a verrina da agressividade mas com a justiça da nossa sinceridade; somos pelos grandes horizontes, sem nuvens, mas com a luminosidade forte do sol que nos aquece; pela generosidade dos nossos ideais, pela grandeza dos nossos Problemas. [...]

- 12 A revista durou apenas dois anos, com dois números publicados.
- 13 Cinco anos depois, em Novembro de 1957, uma nova revista, *CULTURA* (II), editada pela Sociedade Cultural de Angola (já tinha existido uma primeira *CULTURA*, em 1942-47, de inspiração liceal irrelevante) propôs-se prosseguir e actualizar a linha editorial da *Mensagem*. Como se afirma no editorial do seu n.º 8, de Junho de 1959, não assinado mas sendo presidente da instituição o advogado e ensaísta Eugénio Ferreira:

Nós queremos que a Sociedade Cultural de Angola seja um organismo vivo, dinâmico na sua acção, objectivo perante os problemas da vida angolana. Um organismo despretenciosamente capaz de possibilitar aos homens de Angola, e sobretudo à sua juventude, um meio de abordar quantos problemas atormentam o seu espírito. O tempo e o homem de Angola são os elementos decisivos na gestação de uma cultura angolana, nacional pela forma e pelo conteúdo, universal pela intenção, capaz de ultrapassar a incipiência do exotismo tropical e do primitivismo turístico. Não podemos iludir nem ignorar os problemas. Não podemos abandonar as suas soluções às contingências do acaso. Nem subordiná-las a interesses pessoais e transitórios. Não podemos contentar-nos com exercícios de oratória mais ou menos oportuna, para não dizer oportunista. Necessitamos de pôr, com clareza e coragem, os nossos problemas em equação; discuti-los sem reservas, franca e honestamente, sem tolos melindres nem descabidas vaidades e encontrar as soluções justas, justas sob o ponto de vista nacional, justas sob o ponto de vista humano. Só assim lançaremos as bases de uma cultura... [...]

- 14 O ano de 1959 é particularmente trágico para os intelectuais de Angola, onde a PIDE/DGS já estava instalada desde 1957. Deu inequívoco sinal da sua presença com a formatação do famigerado “processo dos 50” e a consequente prisão e desterro de alguns dirigentes da Sociedade Cultural de Angola e colaboradores literários da *CULTURA* (já o tinham sido da *Mensagem*), também “marcados” pela sua participação na campanha presidencial de Arlindo Vicente/Humberto Delgado, pelas janelas que ela prometia abrir para os horizontes de uma Nova Angola.
- 15 *CULTURA* é extinta em Novembro de 1960, com 12 números publicados. Pese embora uma declaração de interesses, é significativo que na última página do seu último número seja registado, com nota positiva, o surgimento, na cidade de Sá da Bandeira (hoje Lubango), da *Colecção Imbondeiro*, numa recensão assinada por A. A. (o conhecido causídico e poeta “mensageiro” Antero de Abreu):

No pobre panorama literário de Angola, a iniciativa da “Colecção Imbondeiro” reveste-se da maior importância, pelo que revela de esforço e seriedade, pelo que representa de amor a uma literatura consciente e de qualidade, pelos caminhos que abriu e abrirá. Até ao seu aparecimento, a actividade editorial em Angola, tirada a imprensa e os boletins desta ou daquela organização cultural, consistia na publicação de um ou dois livros anuais, a maior parte das vezes de versos, como é natural, e em edição dos autores. Hoje, com a “Colecção Imbondeiro”, já se pode falar em movimento editorial em Angola. Por isso, e porque é efectivamente uma realização cuidada e séria, a obra iniciada por Garibaldino de Andrade, Leonel Cosme, Maurício Soares e Carlos Sanches, presentemente mantida pelos dois primeiros apenas, tem já assegurado o seu lugar numa futura história da literatura (de Angola).

- 16 A Imbondeiro foi criada em Janeiro de 1960, tendo como suporte legal a classificação de livraria-distribuidora, já que, no contexto político da época, como editora não seria obviamente autorizada. Por precaução e como subterfúgio, todos os cadernos da “Colecção Imbondeiro”, dedicados ao conto e à poesia, referiam, na última página, que eram propriedade e edição dos autores. Ao oitavo caderno, a PIDE local pediu para lhe ser mostrada a licença da actividade: um alvará comercial passado pela Repartição de Finanças do Lubango...
- 17 Era o primeiro “aviso”. Não a distraíra o facto de o quinto caderno ser preenchido por um conto de Joaquim Paço d’Arcos, considerado autor situacionista, entre outros autores considerados separatistas. Nem lhe diminuía a suspeição o *Propósito* aparentemente inócuo expresso no primeiro caderno:
- Duas razões nos levaram a lançar esta colecção: a necessidade de dar a conhecer ao público português os valores ultramarinos que se espalham pelos cantos do mundo onde se fala a língua lusitana, desde a Guiné até Macau, e o direito, que se impõe, de os manifestar conjuntamente à luz duma consciência nacional que não pode deixar de reconhecer, nos caprichosos tons da grande aguarela lusitana, um curioso tema de interesses recíprocos, solicitados por anseios de espírito ou por afinidades de cultura tradicional.
- Não se passará, imediatamente, duma tentativa em moldes simples (tão dependente de variados factores), traduzida em trabalho breve, mas responsável, como é o conto: explica-a, de resto, esta forma primária da Literatura, que, seja em Angola como em Moçambique, não possui, por ora, arcaboço adulto com recursos igualáveis aos de uma terra de antiga existência literária.
- Mas, dentro da estreiteza das possibilidades, será nosso intuito cumprir a tarefa com o melhor aproveitamento dos muitos valores esparsos, maiores ou menores, que ainda hibernam – na espreita duma aurora que cesse a já longa escuridão – à sombra dos braços clamorosos dum velhíssimo imbondeiro...
- 18 A ambiguidade deste texto inaugural prestava-se a várias interpretações, em que a escolha da árvore imbondeiro (*m'bondo* no étimo angolano) para sigla da “editora” não era fruto do acaso, mas um símbolo, quiçá um ícone, a que as características da milenária “árvore sagrada”, para os nativos (que dela retiravam alimentos e remédios), davam o sentido desejado. O que se viu quando a par da “Colecção Imbondeiro” foram surgindo as colecções “Mákua” (poesia) e “Dendela” (contos infantis), isto é, o fruto e a flor da imbondeiro.
- 19 Na mais pacífica interpretação, a iniciativa convidava ao reconhecimento de uma Lusofonia no vasto espaço luso-tropical... Esta terá sido a primeira leitura dos epígonos do regime colonial, a PIDE incluída, não desmentida quando outras colecções do tipo da Imbondeiro surgiram em Nova Lisboa (Bailundo), no Lobito (Capricórnio) e em Cabo Verde (Dragoeiro), estas de vida curta.

- 20 E porque o propósito da Imbondeiro não distinguia, literariamente falando, os autores de diversas formações ideológicas, e por isso chegou a ser criticada no Boletim da Casa dos Estudantes do Império, também chamado *Mensagem*, foi necessário, ao segundo ano de existência, defender o seu “eclectismo cultural”, que não excluía (pois também os publicou) os autores “progressistas” que constituíam a Colecção Autores Ultramarinos da C.E.I., aliás de curta duração:
- [...] ausência de opções, portas abertas a todo o pensamento dos nossos escritores, independentemente das suas tendências literárias e sociais – seguindo enfim uma linha de rumo que, agradando ou não a gregos e troianos, vem sendo cumprida desde o primeiro instante: isenção, franqueza e independência, na convicção firme de que só os caminhos da liberdade intelectual podem conduzir ao seio da Cultura e da Arte, pelo menos na acepção em que as temos. [...]
- 21 Depois (como antes) deste “incidente”, Imbondeiro continuou a publicar, em cadernos e antologias, contistas e poetas, incipientes e consagrados, presos ou em liberdade, de todos os territórios de língua portuguesa, incluindo os que sob a acusação genérica de serem contra a segurança do Estado e inimigos da unidade da Nação portuguesa se propunham libertar as colónias de armas na mão.
- 22 Para os directores da Imbondeiro a razão da sua existência era uma só: dilatar o *Verbo* até ao ponto em que ele se exprimia em termos de Cultura nacional e universal. Pois que, repetindo Terêncio, *homo sum: humani nihil a me alienum puto*.
- 23 Esta volição cosmopolítica deu pleno sentido à inclusão na “Colecção Mákuá”, no n.º 5/6 (*Grandes Poetas do Século XX*), já em 1964, de poemas de Attila Jozsef, Bertolt Brecht, Elias Simopoulos, Eugen Jebeleanu, Fernando Pessoa, Gaston-Henry Aufrère, Giuseppe Ungaretti, Guillaume Apollinaire, Jiri Wolker, Langston Hughes, Pablo Neruda, Rafael Alberti, Thomas Stearns Eliot e Vladimir Maiakovski.
- 24 Não aparece o nome do grande poeta angolano, Agostinho Neto, pelo simples facto de naquela data ainda não estar publicado o primeiro livro que o internacionalizou: *Sagrada Esperança*. Mas já era o primeiro nome da selecção de poetas que constituíram o n.º 49/50 da “Colecção Imbondeiro” – *Antologia Poética Angolana* –, saído em Junho de 1963.
- 25 Já se calculava que esta primeira antologia, reunindo nomes de poetas presos, desterrados e suspeitos, angolanos e portugueses, seria provavelmente encarada pela polícia política como uma “provocação”. A certeza concretizou-se, no ano seguinte, com a publicação da MÁKUA “internacionalista”: a PIDE invadiu a Livraria Imbondeiro para apreender os exemplares ainda ali existentes, pois o grosso da tiragem já tinha sido preventivamente enviado para os assinantes da Colecção, antes de seguir para as livrarias...
- 26 Era o período nevrálgico em que a guerrilha dos movimentos independentistas progredia no interior e, na capital, o livro de contos *Luuanda*, de Luandino Vieira (prisoneiro no Tarrafal) fora distinguido com o *Prémio Mota Veiga* por um júri que integrava dirigentes da Sociedade Cultural de Angola. Este facto foi assim registado num extenso relatório da PIDE de 16 de Setembro de 1965:
- Em 1964, serviu ainda a sede da SOCIEDADE CULTURAL DE ANGOLA para reunião do júri que, irregularmente, atribuiu o prémio “MOTA VEIGA” ao livro intitulado “LUUANDA”, da autoria de LUANDINO VIEIRA, obra que se integra na problemática desnacionalizante da literatura negro-africana (ou negritude) que a referida Sociedade fomentava desde 1957.
- 27 A sul, no Lubango, a Gráfica da Huíla imprimia, em Dezembro de 1964, o caderno n.º 69 da “Colecção Imbondeiro”, com um trabalho de Luandino Vieira, que seria o primeiro de

1965, quando a PIDE invade a tipografia, apodera-se do papel já impresso e do próprio chumbo da composição, e, não bastando, estende a sua acção às instalações da “editora”, onde apreende toda a documentação, literária e comercial, existente no escritório, incluindo textos inéditos.

- 28 A ‘aventura’ de Imbondeiro chegara ao fim. Mas o *Verbo* ainda estava na primeira conjugação...
- 29 Junte-se, para a memória desse período, o facto de aquele livro de Luandino Vieira ter merecido, no ano seguinte, o Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores (a seguir extinta após a sua invasão por legionários), e de a Sociedade Cultural de Angola ser também extinta por Portaria de 5 de Março de 1966 do Governo de Angola. Era governador Silvino Silvério Marques e ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha.